

Artigos

Avaliação de periódicos científicos on-line na área do direito

Aline de Alessio Ferreira

Pós-graduanda em Gerência de Sistemas e Serviços de Informação – FESP-SP.

Bibliotecária do Ministério Público do Trabalho.

E-mail: alineaf@zipmail.com.br

Berenice Neubhaer

Pós-graduanda em Gerência de Sistemas e Serviços de Informação – FESP-SP.

Bibliotecária do Lacaz Martins, Halembek, Pereira Neto, Gurevich & Schoueri Advogados

E-mail: neubhaer@gmail.com

Elizabeth Reis

Pós-graduanda em Gerência de Sistemas e Serviços de Informação – FESP-SP.

Bibliotecária do Mattos, Muriel & Kestener Advogados

E-mail: bethreis@mmk.com.br

Marcos da Silva Gomes

Pós-graduando em Gerência de Sistemas e Serviços de Informação – FESP-SP.

Bibliotecário da Emurb – Empresa Municipal de Urbanização

E-mail: mgomes@emurb.com.br

Resumo: *Avalia características qualitativas de práticas editoriais de publicação eletrônica científicas on-line na área do Direito. Identifica títulos de periódicos de instituições brasileiras que utilizam a comunicação científica digital e o uso de portais como recurso para a disseminação da produção científica em arquivo aberto, especificamente o SEER, adotando a política do livre acesso, em conformidade com as orientações do IBICT. Através da aplicação de protocolo e metodologia desenvolvidos a partir de modelos consagrados observa a normalização, as características fundamentais de acessibilidade, linguagem documental e navegabilidade dos sítios dos periódicos eletrônicos. Diagnostica problemas na recuperação da informação, falta de sistematização e padronização da linguagem, e na normalização dos dados editoriais. Apresenta considerações e recomendações para aprimorar a publicação eletrônica.*

Palavras-chave: *Periódico científico eletrônico, Avaliação de periódico, Periódicos jurídicos.*

“Por inclinação, sou investigador. Sinto uma sede insaciável de conhecimento, uma inquietude que caminha com o desejo de nele progredir, e uma satisfação em cada avanço do conhecimento. Houve um tempo em que acreditei que isso constituísse a honra da humanidade e desprezava [o] povo, que não sabe nada. Rousseau corrigiu-me. Esse preconceito cego desapareceu, e aprendi a honrar o homem. Eu me consideraria mais inútil que o mais simples trabalhador se não acreditasse que [o que estou fazendo] pode dar valor a todos os outros, ao estabelecer os direitos da humanidade.”

(In: ARENDT, Hannah. *Lições sobre a filosofia política de Kant*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1993.)

INTRODUÇÃO

Nos últimos anos houve uma enorme proliferação de cursos de pós-graduação (Doutorado, Mestrado, Especialização e Aperfeiçoamento) para atender à Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, Lei de Diretrizes e Bases da Educação – LDB, que determina que as universidades devem ter um terço do corpo docente constituído por mestres ou doutores. Outra exigência da LDB, que é a de comprovação da produção científica do corpo docente, colaborou para a transformação do cenário de publicações no universo Jurídico. Se antes somente na Universidade Pública a carreira dependia da titularidade, agora a Universidade Privada também usa o mesmo critério para avaliação do corpo docente.

A necessidade da comunicação e compartilhamento da produção científica, tradicionalmente feita através de periódicos impressos, encontrou na internet um processo de comunicação mais dinâmico, rápido e abrangente, multiplicando assim os periódicos eletrônicos científicos, inclusive os da área Jurídica.

Embora o uso dos meios eletrônicos pelo universo Jurídico brasileiro caminhe em ritmo mais lento do que nas outras áreas do conhecimento, a sanção da Lei nº 9.800/1999 estabeleceu um marco para o desenvolvimento da informatização processual no Brasil. Foi este ato que permitiu, pela primeira vez, a utilização de sistema de transmissão de dados e imagens tipo fac-símile para a prática de atos processuais, bem como a Medida Provisória nº 2.200-2, de 24 de agosto de 2002, que instituiu a Infra-Estrutura de Chaves Públicas Brasileiras – ICP-Brasil, que proporciona amparo legal para a utilização de recursos tecnológicos capazes de assegurar pleno valor probatório ao documento eletrônico.

Existem ainda vários pontos polêmicos pendentes. Por exemplo, a questão da jurisprudência: os acórdãos extraídos da internet são aceitos e largamente utilizados, desde que haja declaração do advogado responsabilizando-se pela autenticidade do documento. Na prática, quase a totalidade dos Tribunais do país possui páginas na internet, com a possibilidade de consulta a acórdãos. Estes mesmos Tribunais, porém, ainda não consideram as publicações comerciais de jurisprudência disponíveis na internet como repositório oficial.

No campo científico, a publicação de artigos acadêmicos constitui-se em uma poderosa ferramenta de comunicação da pesquisa do cientista à comunidade de seus pares. *“Os cientistas se esforçam para convencer seus pares da validade de suas descobertas dentro de um contexto persuasivo tornando o artigo científico um processo retórico”* (Costa e Marcondes citando Gross, 1990).

Outro ponto a ser considerado são as inúmeras vantagens da publicação online, tais como: a rapidez na produção e distribuição, acessibilidade, o custo, entre outros. A preocupação com a qualidade do conteúdo é predominante, porém a normalização dos periódicos e a padronização dos formatos devem ser objeto de cuidado, como explica Krzyzanowski e Ferreira (1998):

sérias críticas estão sendo formuladas, em âmbito internacional, quanto à publicação de revistas sem critérios de qualidade e para as quais vêm se perdendo esforços, material publicado, recursos financeiros e até prestígio de organizações científicas ou instituições.

Este trabalho visa avaliar os periódicos científicos eletrônicos online da área Jurídica, identificar características qualitativas de práticas editoriais de publicação eletrônica, observando a normalização e características fundamentais de acessibilidade, linguagem documental e navegabilidade dos sítios. Considerando a definição de Oliveira (2008) que

[...] entende-se por periódico científico eletrônico aquela publicação que pretende ser continuada indefinidamente, que apresente procedimentos de controle de qualidade dos trabalhos publicados aceitos internacionalmente, e que disponibilize o texto completo do artigo através de acesso on-line, podendo ter ou não uma versão impressa ou em outro tipo de suporte.

Os aspectos normativo (legislação), jurisprudencial e doutrinário podem ser objeto de estudo científico da área Jurídica. No entanto, para este trabalho optamos por buscar a seleção de periódicos com conteúdo científico preponderantemente doutrinário. Segundo Carvalho (2002):

A doutrina não é fonte do direito positivo. Seu discurso descritivo não altera a natureza prescritiva do direito. Ajuda a compreendê-lo, entretanto não o modifica. Coloca-se como uma sobre linguagem que fala da linguagem deôntica da ordenação jurídica vigente. Nem será admissível concebê-la como fonte da Ciência do Direito, pois ela própria pretende ser científica. Quem faz doutrina quer construir um discurso científico, reescrevendo as estruturas prescritivas do sistema normativo.

METODOLOGIA

A seleção dos títulos analisados na pesquisa foi feita a partir da lista de periódicos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), classificados pelo critério Qualis. O Qualis é um programa de avaliação do grau de circulação e

qualidade dos periódicos, no qual são incluídos somente periódicos que publicam trabalhos de docentes e discentes dos programas de Pós-Graduação avaliados pela Capes.

A lista em questão inclui:

- Periódicos nacionais avaliados com A ou B pelo programa Qualis da Capes, que estão disponíveis gratuitamente com texto completo e
- Os periódicos nacionais publicados pelo Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (Ibict) e Tecnologia na plataforma SEER - Sistema Eletrônico de Editoração de Revistas.

No site da Capes (www.periodicos.capes.gov.br) há uma lista com 15 títulos de periódicos da área de Direito, com conceitos A e B na avaliação Qualis. Estes títulos são reconhecidos nacionalmente por sua excelência acadêmica e tradição na área. A partir desta lista, extraíram-se os três periódicos nacionais, disponíveis em meio eletrônico on-line, com texto completo. São eles:

- Direito, Estado e Sociedade – PUC-RJ
- Revista da Faculdade de Direito de Campos – FDC-RJ
- Prismas: Revista do Programa de Mestrado em Direito do UniCEUB - Centro
- Universitário de Brasília

Além desses 3, outros 10 periódicos online foram incluídos na avaliação, devido à sua relevância na área do Direito. São eles:

- Direito Público - Instituto Brasiliense de Direito Público + IOB
- Revista Brasileira de Direito Internacional – UFPR
- Revista CEJ (Revista Jurídica do Centro de Estudos Judiciários) – Justiça Federal
- Revista Cesumar – Ciências Humanas e Sociais - Centro Universitário de Maringá/PR
- Revista Direito GV - GV-LAW
- Revista Eletrônica da Faculdade de Direito da PUC-SP
- Revista Eletrônica de Direito Processual - UERJ
- Revista Eletrônica do Curso de Direito da UFSM - Universidade Federal de Santa Maria/RS
- Revista Jurídica - Casa Civil – Presidência da República
- Revista Jurídica Cesumar – Mestrado (Centro Universitário de Maringá/PR)

Para desenvolver o protocolo de avaliação dos periódicos, fez-se uma revisão de literatura sobre periódicos científicos eletrônicos e modelos de avaliação de periódicos eletrônicos e impressos.

Krzyzanowski e Ferreira (1998) elaboraram um modelo de avaliação, fundamentado nos trabalhos de Braga e Oberhofer (1982), abordando os seguintes aspectos:

- Normalização
- Duração
- Periodicidade
- Indexação de títulos em bases de dados internacionais
- Difusão (formas de distribuição)
- Colaboração de autores
- Divisão de conteúdo

Outro trabalho destacado é o de Sarmiento e Souza (2002) que, a partir do modelo de Krzyzanowski e Ferreira (1998), formulou um protocolo de avaliação para periódicos eletrônicos, adaptando as variáveis ISSN - International Standard Serial Number, DOI (número da publicação digital), endereço, instrução aos autores, legenda bibliográfica e paginação. As variáveis incluídas são: armazenamento, distribuição e acesso, errata, data e/ou hora (inclusão sistemática), referências e endereços eletrônicos, qualidade de apresentação, envio por mala direta, granularidade (artigo, título, número ou volume e parte do documento), arquitetura de sítios (sistemas de organização, sistemas de navegação, sistemas de rotulagem, sistemas de busca, conteúdo das referências, usabilidade do site, tipos de documentos).

Com base nesses trabalhos, elaborou-se um modelo de avaliação de periódicos científicos online da área do Direito, analisando as seguintes variáveis:

- Endereço do sítio completo: URL e/ou e-mail presente na publicação, para identificação;
- ISSN: International Standard Serial Number, ou número internacional normalizado para publicações seriadas;
- Legenda bibliográfica: identificação da publicação no todo (título, local de publicação, número do volume, fascículo, página inicial e final), presente nas páginas do artigo e nos arquivos de impressão;
- Qualificação do corpo editorial: identificação dos responsáveis pelo periódico, sua filiação institucional e sua qualificação (Doutor, Mestre, Pós-graduando, Bacharel ou Graduando);

- Normas e exemplos de referências bibliográficas: de acordo com ABNT, ISO, etc.;
- Normas e exemplos de links: instrução sobre marcação de termos e endereços eletrônicos no texto;
- Formatos e tamanhos de arquivos eletrônicos: tipos de extensão, limites de tamanho;
- Padronização de fontes e softwares: tipo e tamanho dos caracteres, parágrafos, formatação;
- Modo de envio dos trabalhos: correio tradicional, e-mail, FTP, etc.;
- Sumário: lista seqüencial dos artigos do fascículo;
- Resumo: apresentação concisa do conteúdo do artigo;
- Texto completo;
- Resumos só no idioma do texto;
- Resumos bilíngües;
- Descritores: palavras-chave que representam o conteúdo do artigo;
- Período disponível: data de início de publicação, e de final quando não for corrente;
- Periodicidade: intervalos de publicação (regulares, irregulares, fluxo contínuo);
- Indexação em bases de dados nacionais ou internacionais: inclusão de sumário, resumo, palavras-chave e/ou texto completo na RVBI (Periódicos) do Senado Federal, Biblioteca Virtual do Senado, e outros serviços de indexação;
- Sistema de busca: pesquisa de informações no site, de forma aleatória, campos definidos, busca simultânea em todos os fascículos, hipertexto e metadados;
- Usabilidade do sistema: eficiência e aceitação pelo usuário, através de interface amigável, fácil navegação, ajuda, acessibilidade;
- Formato de documentos: HTML, PDF, DOC, ZIP.

Avaliação de periódico científico on-line na área do Direito

Critério	Opções	Pontuação
1 Normalização		
1.1 Endereço do sítio completo (URL, E-mail)	sim	1
	não	0
1.2 ISSN	sim	1
	não	0
1.3 Instruções aos autores (Normas de publicação)	sim	1
	não (passe para o item 1.4)	0

1.3.1 Indica normas e exemplos de referências bibliográficas	sim	2
	não	0
1.3.2 Indica normas e exemplos de links	sim	2
	não	0
1.3.3 Indica formatos e tamanhos de arquivos eletrônicos	sim	1
	não	0
1.3.4 Padronização de fontes e softwares	sim	1
	não	0
1.3.5 Modo de envio dos trabalhos (correio, e-mail, FTP)	sim	1
	não	0
1.3.6 Qualificação do corpo editorial (pode ser acumulativo)	() Doutor	1
	() Mestre	1
	() Pós-graduando	1
	() Bacharel	1
	() Graduando	1
1.3.7 Indica filiação institucional	sim	1
	não	0
1.4 Quanto ao fascículo		
1.4.1 Apresenta Sumário	sim	1
	não	0
1.4.2 Apresenta Resumo	sim	2
	não	0
1.4.3 Resumos só no idioma do texto	sim	1
	não	0
1.4.4 Resumos bilíngües	sim	2
	não	0
1.4.5 Descritores (palavras-chave): inclusão em todos os artigos	sim	2
	não	0
2 Duração		

2.1 Início		
3 Periodicidade		
3.1 Intervalos regulares	sim	3
	não	0
3.2 Intervalos irregulares (atrasada)	sim	1
	não	0
3.3 Publicação em fluxo contínuo	sim	1
	não	0
4 Indexação		
4.1 Indexação bases de dados nacionais ou internacionais	<input type="checkbox"/> RVBI (Periódicos)	5
	<input type="checkbox"/> Senado Federal www.senado.gov.br/sicon – Biblioteca Virtual do Senado	5
	<input type="checkbox"/> Outros	2
	<input type="checkbox"/> Não informado	0
5 Navegação		
5.1 Fácil navegação	sim	1
	não	0
5.2 Permite navegação por tags	sim	2
	não	0
5.3 Sistema de busca	<input type="checkbox"/> Aleatória	1
	<input type="checkbox"/> Campos definidos	1
	<input type="checkbox"/> Busca simultânea em todos os fascículos	1
	<input type="checkbox"/> É hipertexto	1

Quadro 1: Protocolo de avaliação de periódico científico on-line na área Jurídica.

Nº de Pontos	Desempenho
De 0 até 20	Fraco
de 21 a 40	Mediano
de 41 a 60	Bom
acima de 60	Muito bom

Quadro 2: Escala de valorização

RESULTADOS

Os 13 periódicos científicos online da área Jurídica analisados obtiveram os conceitos Fraco e Mediano, como o apontado no quadro a seguir:

Periódicos analisados	
Título	Pontos
Revista Eletrônica de Direito Processual - UERJ	11
Revista Eletrônica da Faculdade de Direito da PUC-SP	17
Revista Eletrônica da Faculdade de Direito de Campos – FDC -RJ	21
Prismas: Revista do Programa de Mestrado em Direito do UniCEUB - Centro Universitário de Brasília	
Revista Jurídica - Casa Civil – Presidência da República	25
Revista Jurídica Cesumar – Mestrado (Centro Universitário de Maringá/PR)	25
Revista Direito GV - GV-LAW	26
Revista Cesumar – Ciências Humanas e Sociais - Centro Universitário de Maringá/PR	27
Revista CEJ (Revista Jurídica do Centro de Estudos Judiciários) – Justiça Federal	27
Direito Público - Instituto Brasiliense de Direito Público + IOB	27
Revista Eletrônica do Curso de Direito da UFSM - Universidade Federal de Santa Maria/RS	28
Direito, Estado e Sociedade – PUC-RJ	29
Revista Brasileira de Direito Internacional – UFPR	30

Quadro 3: Periódicos analisados x pontuação

Do ponto de vista da normatização, os itens que foram atendidos por 100% das revistas são:

- Instruções aos autores (normas de publicação);

- Indicação de normas e exemplos de referência bibliográfica;
- Padronização de fontes e softwares.

Dos 13 títulos, nove (69%) apresentam ISSN e oito (61%) apresentam legenda bibliográfica.

Alcançaram bons resultados quanto à apresentação de fascículos:

Quanto ao fascículo	%
Apresenta Sumário	92
Apresenta Resumo	92
Resumos só no idioma do texto	77
Resumos bilíngües	84
Descritores (palavras-chave): inclusão em todos os artigos	77

Quadro 4: Porcentagem de periódicos com sumário, resumo e palavra-chave.

Com relação à frequência, oitenta e quatro por cento das revistas são regulares.

A edição de revistas científicas em formato eletrônico na área Jurídica vem crescendo significativamente, de acordo com o quadro a seguir:

Ano (início)	Quantidade acumulada
1991	1
1997	3
1999	4
2001	5
2003	6
2005	7
2006	11
2007	12
2008	13

Quadro 5: Evolução do número de periódicos jurídicos on-line com texto completo

As revistas analisadas utilizam a plataforma SEER – Sistema Eletrônico de Editoração de Revistas. A plataforma SEER foi customizada pelo IBICT com o objetivo de organizar a informação científica por meio do gerenciamento das atividades editoriais e a conseqüente divulgação em meio eletrônico. A plataforma utilizada é o padrão de metadados para internet chamado Dublin Core.

Como a maioria dos objetos na internet está em forma de documento, o objetivo principal do Dublin Core foi identificar e definir um conjunto contendo o mínimo de elementos

capazes de descrever “Objetos do Tipo Documento” (DLOs) da internet. Alguns elementos do Dublin Core:

- Assunto: área de conhecimento ao qual o trabalho pertence.
- Título: é definido como o nome do objeto.
- Autor: responsável pelo conteúdo intelectual do trabalho.
- Editor.
- Data.
- Identificador.
- Idioma.

Nesses quesitos as revistas conseguiram uma pontuação melhor do que a média geral. Entretanto, considerando que os preenchimentos dos metadados são de responsabilidade dos editores, encontramos toda sorte de combinações e preenchimentos. No caso específico do vocabulário adotado no preenchimento dos campos de descrição dos periódicos constatou-se que:

- Falta padronização da representação de conteúdo;
- Despreocupação com a utilização de normas e valores lingüísticos, sintáticos e semânticos como classificações, tesouros, taxionomias, ontologias e mapas conceituais.

Nas revistas analisadas foi observada a falta do tratamento da informação no aspecto da indexação manual, o que exige mais da indexação automática ou semi-automática, com base na inteligência artificial dos buscadores.

Também não foram encontrados tags, ou meta tags, itens que perderam sua importância ao longo dos últimos anos, como explica Feitosa (2006: 47):

...metatags no conteúdo da página, que pode ser realizada com o uso do elemento <meta>, que integra a biblioteca da linguagem HTML, foi muito utilizada para favorecer a indexação de páginas da web pelos mecanismos de busca. No entanto, devido aos abusos cometidos por webmasters, que desenvolveram técnicas de spam Ming, as empresas e organizações que desenvolvem mecanismos de busca passaram a utilizar outras metodologias de indexação.

A utilização de palavra-chave está presente na quase totalidade dos periódicos analisados (77%). A linguagem não-controlada implica no baixo custo do processo de

edição e possibilita buscas simplificadas, porém perdem-se informações explícitas no texto, falta análise semântica e não há mapeamento das áreas de conhecimento.

Como afirma Lima (1998: 21),

a transferência da informação é condição essencial para a produção do conhecimento, e para que esta transferência efetivamente aconteça, uma das principais condições é a de que as informações sejam reunidas, armazenadas e representadas de acordo com uma organização que possibilite a sua recuperação de maneira eficiente.

As revistas científicas online são fontes primárias de informação, enquanto que, em 1999, as páginas da internet (Baeza-Yattes e Ribeiro Neto (1999) citado por Feitosa (2006: 15) “... não apresentam conteúdos originais; os autores estimavam que, [...] cerca de 30% das páginas da web já eram ‘duplicações’”. Incontestável a relevância da disseminação da produção científica brasileira. As barreiras tecnológicas já foram sanadas, agora é necessário transpor a barreira da linguagem, que permitirá a localização e a democratização da produção científica. Uma barreira a ser vencida é o preconceito da mídia eletrônica.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em função de particularidades da área jurídica e limitações de tempo e estatísticas disponíveis para aprofundar a avaliação, este artigo deixa algumas questões em aberto. Conseqüentemente, este estudo pode ser continuado acrescentando-se tópicos ao protocolo, como por exemplo, o fator de impacto, item que enriqueceria o espaço vazio da bibliometria na área de Direito, e também outros tópicos como:

- Sistemas de estudo da navegação
- Estratégia de busca
- Rotulagem
- Organização e conteúdo informacional dos sítios

Alguns aspectos dessa avaliação podem ser direcionados como sugestões aos editores e gestores de plataformas:

- Os *Open Archives* devem ser objeto de uso ampliado pela sociedade. A divulgação dessas ferramentas poderia reverter em maior audiência e aproveitamento.
- Treinamento freqüente da utilização da ferramenta e das regras obrigatórias de preenchimento poderá proporcionar avanço em qualidade.

- A despreocupação na padronização da linguagem e na normalização dos dados editoriais podem por em risco o crédito dessa importante ferramenta.

Para aumentar a qualidade e funcionalidade dos sistemas de busca, sugere-se a aplicação de uma Linguagem Documentária para controle dos termos utilizados.

Na definição de Fujita (2000),

uma Linguagem Documentária, também chamada de Linguagem de indexação, é um conjunto controlado de termos usado para representar os assuntos dos documentos. E o objetivo da Linguagem Documentária é o controle de vocabulário, isto é, controlar a terminologia de área ou áreas do conhecimento através do estabelecimento de um conceito/ interpretação definido aos termos de acordo com as necessidades de uso do sistema. Para atingir esse objetivo, a Linguagem Documentária é formada de vocabulário e sintaxe.

O vocabulário se refere à relação dos descritores usados para a identificação do conteúdo de um documento e a sintaxe se refere às regras utilizadas para a combinação dos descritores usados para a identificação do conteúdo de um documento.

O controle do vocabulário na indexação das revistas científicas eletrônicas aumentaria a relevância e consistência da recuperação da informação, com resultados mais satisfatórios.

No Brasil existe um Projeto de Lei de nº 1.120/2007 que determina todas as universidades públicas a construir o seu repositório institucional, tornando obrigatório que todos os pesquisadores das universidades públicas depositem uma cópia do seu trabalho, após ser aprovado, para publicação em uma revista científica.

REFERÊNCIAS

CARVALHO, Paulo de Barros. **Curso de direito tributário**. 5. ed. São Paulo: Saraiva, 2002. 544 p.

COSTA, Leonardo Cruz da; MARCONDES, Carlos Henrique. **Um ambiente para edição, extração e representação do conhecimento contido em artigos científicos publicados na web**. São Paulo: Enancib, 2008. Disponível em: <<http://www.enancib2008.com.br/cd/6%20-%20Trabalhos%20em%20PDF/GT2/Poster/1952%20-%20Um%20ambiente%20para%20edi%C3%A7%C3%A3o,%20extra%C3%A7%C3%A3o%20e%20>

20representa%C3%A7%E2%80%A6.pdf>. Acesso em: 26 set. 2008.

DAMASIO, Edilson. Utilização do sistema SEER: sistema eletrônico de editoração de revistas: o caso da revista Maringá Management. In: **Proceedings SNBU**, Salvador. Disponível em: <<http://eprints.rclis.org/archive/00007837>>. Acesso em: 26 set. 2008.

FEITOSA, Ailton. **Organização da informação web**: das tags à web semântica. Brasília: Thesaurus, 2006. 131 p.

FERREIRA, Ana Gabriela. **Clipes Editoração eletrônica de periódicos científicos**: o uso do SEER como ferramenta de padronização para revistas brasileiras na Web. Disponível em: <<http://infocultura.info/rabci/node/143>>. Acesso em: 26 set. 2008.

FONSECA, Ramón M. S. da. **Automação do processo de gerenciamento e publicação de revistas científicas**. Disponível em: <<http://www.ibict.br/secao.php?cat=SEER/Apresentações>>. Acesso em: 29 set. 2008. Arquivo em PPT.

FUJITA, Mariângela Spotti Lopes, CESSEL, Vera Lúcia. **Avaliação de linguagens documentárias para controle terminológico em áreas especializadas**. Apresentado em: Simpósios de RITerm, 7, Lisboa, 2000. Disponível em: <www.riterm.net/actes/7simposio/fujita.htm>. Acesso em: 29 set. 2008.

IBICT. **Lista de 246 revistas que usam o Open Journal Systems**. Disponível em: <<http://www.ibict.br/secao.php?cat=SEER/Revistas%20no%20PKP>>. Acesso em: 26 set. 2008.

IBICT. **Sistema Eletrônico de Editoração de Revistas**. Disponível em: <<http://www.ibict.br/secao.php?cat=SEER>>. Acesso em: 22 set. 2008.

KRZYZANOWSKI, Rosaly Fávero; FERREIRA, Maria Cecília Gonzaga. Avaliação de periódicos científicos e técnicos brasileiros. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 27, n. 2, p. 165-175, maio/ago. 1998.

LIMA, Vânia Mara Alves. **Terminologia, comunicação e representação documentária**. São Paulo, 1998. (Dissertação de Mestrado apresentada à Escola de Comunicação e Artes da USP).

MICROSOFT PRESS. **Dicionário de informática**. Rio de Janeiro: Campus, 1998.

OHIRA, Maria Lourdes Blatt; PRADO, Noêmia Schoffen Prado. Análise dos periódicos eletrônicos (full text) em Ciência da Informação: América Latina, Caribe, Portugal e Espanha. **Informação & Informação**, Londrina, v.8, n.1, jan./jul. 2003.

OLIVEIRA, Érica Beatriz Pinto Moreschi. Periódicos científicos eletrônicos: definições e histórico. **Informação & Sociedade**, João Pessoa, v.18, n.2, p. 69-77, maio/ago. 2008.

PUBLIC KNOWLEDGE PROJECT. **Open Journal Systems** (Overview). Disponível em: <
<http://www.pkp.ubc.ca/ojs/>>. Acesso em: 22 set. 2008.

SARMENTO E SOUZA, Maria Fernanda. **Periódicos científicos eletrônicos**: apresentação de modelo para análise de estrutura. 2002. 133 p. Dissertação (Mestrado em Informação e Tecnologia) – Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista, Marília. Disponível em: <
http://www.athena.biblioteca.unesp.br/exlibris/bd/bma/33004110043P4/2002/sarmentoesouza_mfs_me_mar.pdf>. Acesso em: 16 set. 2008.

SARMENTO E SOUZA, Maria Fernanda; VIDOTTI, Silvana Aparecida Borsetti Gregório; FORESTI, Miriam Celf Pimentel Porto. Critérios de qualidade em artigos e periódicos científicos https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/MPV/2183-56.htmos: da mídia impressa à eletrônica. **Transinformação**, Campinas, v. 16, n.1, p. 71-89, jan./abr. 2004.

SOARES, Suely de Brito Clemente; AMARAL, Sérgio F. do; ARELLANO, Miguel Angel Márdero; SANTOS, Gildenir C. I. Workshop virtual Cibereduc – SEER: periódicos eletrônicos: editoração e acesso. **ETD – Educação Temática Digital**, Campinas, v. 6, n. 1, p. 100-116, dez. 2004. Relato de experiência.

YAMAMOTO, Oswaldo H. et al. Avaliação de periódicos científicos brasileiros da área da Psicologia. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 31, n.2, p. 163-177, maio/ago. 2002.